

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

A visita

O Secretário de Estado do Mar veio aos Açores, sem se perceber qual a sua agenda, para dizer que era “interessante” promover um “aprofundamento” das autonomias na gestão do espaço marítimo.

Esquivando-se a comentar a decisão do Tribunal Constitucional que retira às Regiões Autónomas a possibilidade de gerir o seu mar, José Maria Costa apenas disse que a cogestão do espaço marítimo é uma “matéria que se prende com a Assembleia da República”, sendo, “porventura o momento para podermos fazer uma reflexão sobre algum aprofundamento na área das autonomias”.

A posição do membro do governo da República é espantosa, porquanto revela uma grande ignorância sobre uma matéria que já mereceu, em devido tempo, uma profunda reflexão e discussão nos parlamentos regional e nacional, com votação consensual da Lei do Mar e promulgada pelo Presidente da República.

Vir, agora, sugerir mais uma discussão sobre o tema é chover no molhado e só beneficia os jacobinos lisboetas, personalizados naquele grupo de deputados do PS e outros partidos, liderado pela incompetente ex-ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, que gostam de polemizar esta questão, em nome do velho centralismo, comungado por gente de mentalidade caduca.

É interessante que um membro do governo de António Costa, com responsabilidades na tutela do Mar, se mantenha ao largo da questão, deixando entender que o assunto deve ser, novamente, debatido, que é, como quem diz, empurrar com a barriga para a frente, para não se comprometer.

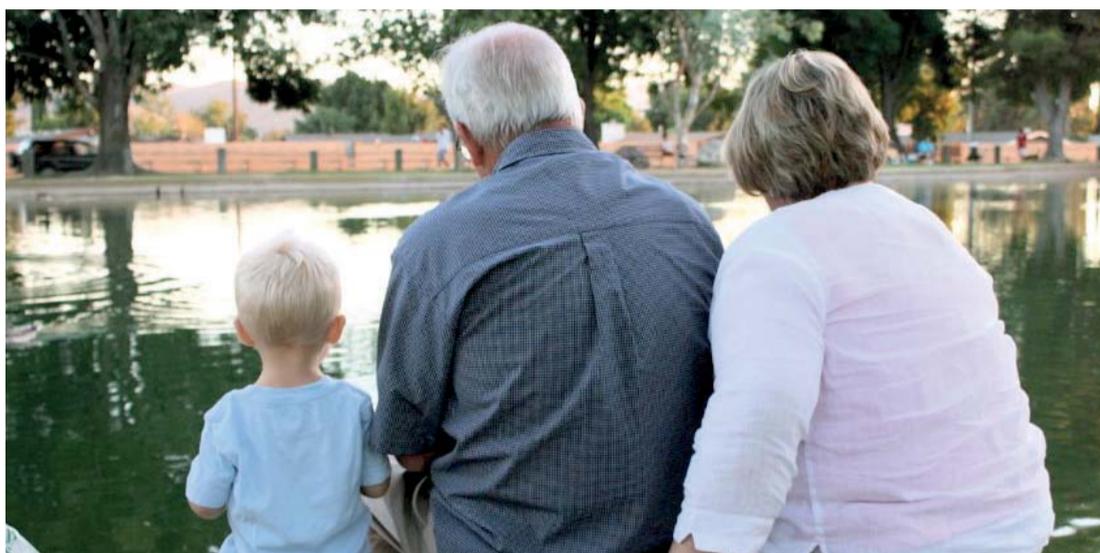
É típico de governantes fracos e pouco elucidados sobre as especificidades das Regiões Autónomas, como, aliás, nos vem habituando a trupe de governantes destes últimos anos, os piores que alguma vez vimos em matéria de Autonomias.

Basta ver o que aconteceu com a prometida ajuda financeira à Universidade dos Açores ou com o escandaloso processo da nova cadeia, ou, ainda, com o famigerado processo dos cabos submarinos, para se perceber que os governos de Costa têm sido uma desgraça para os Açores e Madeira, pese as loas cantadas pelos fiéis deputados socialistas, num papel ridículo de se curvarem, permanentemente, à nomenclatura centralista de Lisboa.

Como muito bem alertava, em tempos, Vasco Cordeiro, é preciso estar bem atento a essa gente, porque quando falamos de centralistas eles estão lá, mas também têm os seus apoiantes cá.

Como se vai vendo todos os dias.

Hoje é o Dia dos Avós



A Igreja celebra hoje, no mundo inteiro, a segunda edição o Dia Mundial dos Avós e dos Idosos.

Todas as dioceses, paróquias e comunidades eclesiais são chamadas a celebrar este Dia especial, cujo tema, indicado pelo papa Francisco, é “Dão fruto mesmo na velhice” (Sl 92, 15). Desta forma, como sugere na mensagem preparada para a ocasião, o Santo Padre deseja oferecer aos idosos um projeto existencial: ser “artífices da revolução da ternura”.

Segundo o site Igreja Açores, todas as dioceses do mundo são convidadas a celebrar o Dia Mundial com uma liturgia dedicada aos idosos.

Existem duas maneiras principais de participar do Dia Mundial dos Avós e dos Idosos, sugeridas pelo Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida: celebrando uma Missa ou visitando os idosos sozinhos.

O Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida forneceu às dioceses uma série de materiais e sugestões pastorais e litúrgicas, disponíveis no site do Dicastério.

Entre as recomendações, vale a pena destacar a de visitar ou acompanhar os idosos sozinhos. Neste sentido, o Santo Padre a firma na sua mensagem que “a visita aos idosos abandonados é uma obra de misericórdia do nosso tempo”.

Ao falar sobre o Dia Mundial dos Avós e dos Idosos 2022, o card. Kevin Farrell, prefeito do Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida, observou que “com o Dia Mundial dos Avós e dos Idosos, o Santo Padre convida-nos a tomar consciência da importância dos idosos na vida da sociedade e das nossas comunidades e a fazê-lo, não de modo pontual, mas estrutural; o Dia dos Idosos ajudar, assim, a laçar as bases de uma pastoral ordinária desta fase da vida”.

Em 2021, o Papa Francisco estabeleceu que este Dia Mundial seria celebrado todos os anos, no quarto Domingo de julho, em proximidade da festa de São Joaquim e Sant’Ana, avós de Jesus.

Neste dia, o Papa inicia uma viagem apostólica ao Canadá, durante a qual está prevista uma visita ao Santuário de Sant’Ana e um encontro com jovens e idosos numa escola primária de Iqaluit.

O cuidado dos idosos e o diálogo entre eles e as novas gerações é uma preocupação constante do Santo Padre, que dedicou boa parte das audiências de quarta-feira deste ano às catequeses sobre a velhice.

Além disso, a intenção de oração que Francisco confiou a toda a Igreja através da Rede Mundial de Oração do Papa Francisco para este mês de Julho é precisamente pelos idosos.

Risco de pobreza diminuiu nos Açores mas aumentou a desigualdade de rendimentos

Os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) agora confirmados pelo Anuário Estatístico de Portugal, publicado pelo INE, indicam que 18,4% da população portuguesa residente encontrava-se em risco de pobreza em 2020, mais 2,2 p.p. do que no ano anterior (16,2%).

O risco de pobreza aumentou em todas as regiões do continente, principalmente nas regiões Norte (mais 3,0 p.p.), Centro (mais 3,3 p.p.) e Algarve (mais 3,9 p.p.), e diminuiu nas regiões autónomas (menos 6,6 p.p. na Região Autónoma dos Açores e menos 2,1 p.p. na Região Autónoma da Madeira).

O crescimento do risco de pobreza foi mais severo no caso das mulheres (mais 2,5 p.p., de 16,7% em 2019 para 19,2% em

2020), em particular no caso das mulheres idosas (mais 3,0 p.p., de 19,5% para 22,5%). Por sua vez, a desigualdade na distribuição dos rendimentos monetários aumentou em 2020, em sentido contrário à tendência de diminuição verificada desde 2014.

O valor do coeficiente de Gini em 2020 foi de 33,0%, mais 1,8 p.p. do que no ano anterior (31,2%), enquanto, de acordo com o rácio S80/S20, o rendimento monetário líquido equivalente dos 20% de habitantes com rendimentos mais elevados foi 5,7 vezes maior do que o rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com mais baixos recursos (5,0 em 2019).

A distribuição dos rendimentos foi mais desigual na região Centro, na Área Metropolitana de Lisboa e na Região Autónoma dos Açores, e menos desigual no Alentejo.